



Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Relatório da Administração Regulatório

Mensagem da Administração

A Administração da Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.S^{as}. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2023, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidor e consumidores.

Em 2023, a Companhia efetuou a operação e a manutenção de suas instalações de transmissão, bem como executou suas atividades administrativas, financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, mantendo as melhores práticas e visando a preservação da saúde e segurança.

Contrato nº 011/2022

Composto pela Subestação 440/88 kV Água Azul - novo pátio de 88 kV e transformação 440/88 kV. O projeto, em fase de construção, está localizado em São Paulo. A previsão de entrada em operação é de 42 meses a partir da data de assinatura do contrato ocorrido em 30 de setembro de 2022, conforme estimativa da ANEEL.

Contrato nº 012/2008

Subestação Piratininga II, em 345/138/88 kV 1200 MVA e Linha de transmissão (LT) em 345 kV, circuitos duplos, com extensão aproximada de 1,5 km, com origem na Subestação Interlagos e término na Subestação Piratininga II e teve o índice de disponibilidade em 2023 de 99,89%.

Auditores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023.

Encerramento e Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a confiança de seu acionista, a parceria de seus fornecedores e a efetiva participação dos financiadores e órgãos governamentais na implantação e na operação das instalações de transmissão administradas pela Companhia. Ressalta e agradece a dedicação e o comprometimento de seus prestadores de serviços, destacando a elevada competência do corpo técnico e de seu acionista pelos trabalhos desempenhados, os quais foram de fundamental importância o atingimento dos objetivos da Companhia durante o ano de 2023.

A Administração

ÍNDICE

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	11
3. Políticas contábeis regulatórias materiais.....	12
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador	16
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6. Aplicações financeiras.....	17
7. Contas a receber - concessionárias e permissionárias.....	17
8. Imobilizado.....	18
9. Fornecedores	20
10. Tributos e encargos sociais a recolher	20
11 Encargos regulatórios a recolher	20
12. Provisões e contingências.....	21
13. Patrimônio líquido.....	21
14. Receita operacional bruta	22
15. Resultado financeiro.....	24
16. Imposto de renda e contribuição social	25
17 Transações com partes relacionadas.....	25
18. Instrumentos financeiros	26
19. Seguros.....	27
20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa	28
21. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário.....	28
Relatório do auditor independente sobre a demonstrações contábeis regulatórias	35

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.722	50
Aplicações financeiras	6	3.289	321
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	7	1.129	934
Tributos e contribuições a compensar		28	-
Despesas pagas antecipadamente		47	-
Crédito com partes relacionadas		-	572
Outros		978	-
		7.193	1.877
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber - concessionárias e permissionárias		5	-
IR e CS diferidos		6	3
		11	3
Imobilizado	8	106.921	81.195
		106.921	81.195
Total do ativo		114.125	83.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Arrendamento		17	-
Fornecedores	9	3.423	-
Tributos e encargos sociais a recolher	10	210	87
Encargos regulatórios a recolher	11	84	10
Dividendos a pagar	13 (b)	5.999	3.337
Outros		878	-
		10.611	3.434
Não circulante			
Arrendamento		98	-
PIS e COFINS diferidos		-	3
Encargos regulatórios a recolher	11	50	7
		148	10
Patrimônio líquido			
Capital social	13 (a)	68.059	49.659
Reservas de lucros	13 (c)	52.531	43.983
Reserva de reavaliação	13 (d)	(903)	(923)
Prejuízos acumulados		(16.321)	(13.088)
		103.366	79.631
Total do passivo e do patrimônio líquido		114.125	83.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	14	12.930	1.811
		<u>12.930</u>	<u>1.811</u>
Tributos			
PIS		(84)	(13)
COFINS		<u>(389)</u>	<u>(59)</u>
		(473)	(72)
Encargos			
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(123)	(17)
Taxa de Fiscalização ANEEL		<u>(23)</u>	<u>-</u>
		(146)	(17)
Receita líquida		12.311	1.722
Custos e despesas			
Pessoal		(264)	-
Serviços de terceiros		(756)	-
Depreciação		(4.256)	(712)
Arrendamento e aluguéis		2	-
Seguro		(124)	-
Tributos		(2)	-
Gastos diversos		(15)	(1)
Outras despesas operacionais		<u>(68)</u>	<u>-</u>
		(5.483)	(713)
Resultado da atividade		6.828	1.009
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	2.380	1
Despesas financeiras	15	<u>(25)</u>	<u>-</u>
		2.355	1
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		9.183	1.010
Despesas com imposto de renda e contribuição social			
Corrente	16	(1.189)	(53)
Diferido		<u>3</u>	<u>3</u>
		(1.186)	(50)
Lucro líquido do exercício		7.997	960
Lucro por ação		0,11750	0,01933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício		7.997	960
Outros resultados abrangentes – reserva de reavaliação	13 (d)	<u>(903)</u>	<u>(923)</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>7.094</u>	<u>37</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reserva de reavaliação	Total
Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		1	-	-	-	-	1
Integralização de capital		100	-	-	-	-	100
Lucro líquido do exercício		-	-	-	960	-	960
Incorporação de acervo cindido da IEPinheiros		49.558	3.864	29.410	-	(925)	81.907
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(2)	2	-
Destinação do lucro							
Reserva legal	13(c)	-	702	-	(702)	-	-
Retenção de lucros	13(c)	-	-	10.007	(10.007)	-	-
Dividendos obrigatórios	13(b)	-	-	-	(3.337)	-	(3.337)
Em 31 de dezembro de 2022		49.659	4.566	39.417	(13.088)	(923)	79.631
Integralização de capital		18.400	-	-	-	-	18.400
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.997	-	7.997
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(20)	20	-
Destinação do lucro							
Reserva legal	13(c)	-	560	-	(560)	-	-
Retenção de lucros	13(c)	-	-	7.988	(7.988)	-	-
Dividendos obrigatórios	13(b)	-	-	-	(2.662)	-	(2.662)
Em 31 de dezembro de 2023		68.059	5.126	47.405	(16.321)	(903)	103.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.997	960
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação	4.256	712
PIS e COFINS diferidos	(3)	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3)	(3)
Rendimento sobre aplicações financeiras	(204)	(1)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	4	-
	12.047	1.671
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	(200)	(934)
Tributos e contribuições a compensar	(28)	-
Despesas pagas antecipadamente	(47)	-
Partes relacionadas	572	(572)
	297	(1.506)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	3.423	-
Tributos e encargos sociais a recolher	1.173	122
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.050)	(35)
Encargos regulatórios a recolher	117	17
Outros	878	-
	4.541	104
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	16.885	269
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(8.723)	(320)
Resgate de aplicações financeiras	5.959	-
Imobilizado (nota 8)	(30.837)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(33.601)	(320)
Atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos	(12)	-
Integralização de capital (nota 13 (a))	18.400	100
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	18.388	100
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.672	49
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	50	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.722	50
Variação em caixa e equivalentes de caixa	1.672	49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), constituída em 19 de novembro de 2018, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções, é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante no montante de R\$3.418 (valor líquido negativo de R\$1.557 em 31 de dezembro de 2022), sendo este efeito oriundo dos dividendos a pagar à controladora. No entanto, com base nas projeções feitas pela Companhia para o projeto, a Administração compreende que o projeto é lucrativo, e que o efeito negativo será compensado com o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP) e desta forma, realizar o cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.2 Incorporação de parcela do acervo cindido da empresa IEPinheiros

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da empresa Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (“IEPinheiros”), também controlada pela ISA CTEEP, com a transferência do contrato de concessão 012/2008 para a Companhia. A transferência do contrato de concessão corresponde à uma reorganização societária realizada pela Controladora em suas controladas, com a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais.

Para a cisão foi elaborado laudo de avaliação por consultoria independente, com data-base contábil de 30 de setembro de 2022. O acervo cindido pela IEPinheiros e incorporado pela Companhia corresponde ao valor líquido contábil de R\$82.851, que resultou no aumento dos saldos das seguintes rubricas:

	Contrato de concessão
	012/2008
Imobilizado	81.907
Capital Social	49.558
Reservas de lucros	33.274
Reserva de reavaliação	(925)

As variações ocorridas nas rubricas entre a data-base do laudo de avaliação e o evento da incorporação, foram absorvidas pelo acervo cindido.

1.3 Concessão

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
011/2022	30	30.09.52	5 anos	2028	IPCA	14.737	06/23
012/2008	30	15.10.38	5 anos	2024	IPCA	14.248	06/23

Contrato nº 011/2022

Composto pela Subestação 440/88 kV Água Azul - novo pátio de 88 kV e transformação 440/88 kV. O projeto, em fase de construção, está localizado em São Paulo. A previsão de entrada em operação é de 42 meses a partir da data de assinatura do contrato ocorrido em 30 de setembro de 2022, conforme estimativa da ANEEL.

Contrato nº 012/2008

Subestação Piratininga II, em 345/138/88 kV 1200 MVA e Linha de transmissão (LT) em 345 kV, circuitos duplos, com extensão aproximada de 1,5 km, com origem na Subestação Interlagos e término na Subestação Piratininga II, que entrou em operação comercial no dia 26 de dezembro de 2011.

O Contrato de Concessão 012/2008 prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 20 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido.
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

3. Políticas contábeis regulatórias materiais

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente à transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 11).

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(a) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.6 Contas a receber - concessionárias e permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 14.3), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.7 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.8 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.10 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.11 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.12 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.13 Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- **CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos		24	50
Equivalentes de caixa	102,3%		
CDB		<u>1.698</u>	<u>-</u>
		<u>1.722</u>	<u>50</u>

6. Aplicações financeiras

	<u>% do CDI</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	109,4%	<u>3.289</u>	<u>321</u>
		<u>3.289</u>	<u>321</u>

A Companhia concentra suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7. Contas a receber - concessionárias e permissionárias

A composição das contas a receber é como segue:

	<u>Corrente a vencer</u>	<u>Corrente vencida</u>				<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Até 60 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>		
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	<u>1.103</u>	<u>2</u>	<u>10</u>	<u>14</u>	<u>5</u>	<u>1.134</u>	
	<u>1.103</u>	<u>2</u>	<u>10</u>	<u>14</u>	<u>5</u>	<u>1.134</u>	
						<u>934</u>	

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

a) Ativo imobilizado em Serviço

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Transmissão									
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.212	-	-	-	4.212	-	(1.683)	2.529	2.669
Máquinas e equipamentos	123.154	-	(1.613)	56	121.597	(1.557)	(48.227)	73.370	78.398
Outros	2	-	-	-	2	-	(1)	1	1
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	123	-	-	123	123	(10)	113	-
Subtotal	127.368	123	(1.613)	56	125.934	(1.434)	(49.921)	76.013	81.068

b) Ativo imobilizado em curso

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2023	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	120	1.939	-	(50)	2.010	1.889	-	2.010	120
Outros	7	28.898	-	(6)	28.899	28.892	-	28.899	7
Subtotal	127	30.837	-	(56)	30.908	30.781	-	30.908	127
Total do ativo imobilizado	127.495	30.960	(1.613)	-	156.848	29.347	-	106.921	81.195

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023		2022	
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	4.212	(1.683)	2.529	2.669
Máquinas e equipamentos	3,52%	122.025	(47.729)	74.296	79.342
Máquinas e equipamentos - reavaliação	3,73%	(428)	(498)	(926)	(944)
Outros	6,25%	2	(1)	1	1
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	16,67%	123	(10)	113	-
		125.934	(49.921)	76.013	81.068
Em Curso					
Transmissão		30.908	-	30.908	127
		30.908	-	30.908	127
		156.842	(49.921)	106.921	81.195

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº-41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

d) Composição das adições do imobilizado em curso

	Material/equipamentos	Serviços de terceiros	Outros gastos	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	2.950	-	2.950
Máquinas e equipamentos	1.939	-	-	1.939
A ratear	-	298	6	304
Desenvolvimento de projetos	-	300	747	1.047
Material em depósito	4.733	-	-	4.733
Adiantamentos a fornecedores	19.864	-	-	19.864
Total das adições	26.536	3.547	753	30.837

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº-41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

9. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$3.423 na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão.

10. Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda sobre o lucro	75	32
Contribuição social sobre o lucro	55	20
COFINS	37	28
PIS	8	6
INSS	22	-
Outros	13	1
	<u>210</u>	<u>87</u>

11. Encargos regulatórios a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	134	17
	<u>134</u>	<u>17</u>
Circulante	<u>84</u>	<u>10</u>
Não circulante	<u>50</u>	<u>7</u>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Provisões e contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui três ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para o qual não constitui provisão, sendo uma de natureza cível no valor de R\$517, uma de natureza tributária no valor de R\$64 e uma de natureza ambiental, sem valor envolvido, totalizando R\$581. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui ações judiciais com probabilidade de perda possível.

13. Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 28 de março de 2024 e disponibilizadas em 03 de abril de 2024.

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de 192.559.377 e, em 31 de dezembro de 2022 era de 49.559.377, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2023 totaliza R\$68.059 (R\$49.659 em 2022) representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em 27 de junho de 2023, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi autorizado o aumento de capital social no montante de R\$143.000, que será integralizado até 31 dezembro de 2027. Em 2023, foi integralizado em caixa o valor de R\$18.400.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo do lucro líquido, a Companhia distribuirá, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício como dividendo mínimo obrigatório.

(c) Reservas e retenção de lucros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva legal (i)	5.126	4.566
Reserva de retenção de lucros (ii)	<u>47.405</u>	<u>39.417</u>
	<u>52.531</u>	<u>43.983</u>

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(d) Reserva de reavaliação

Conforme o MCSE, item 6.3.6, Imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

O valor homologado por meio da REH ANEEL 2.844/2021 de abril de 2021 para o contrato 012/2008, totaliza R\$4.662 e o valor equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de janeiro de 2022 é de R\$4.022. Com o evento da incorporação deste contrato em 31 de outubro de 2022 (nota 1.2), a reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em 2022, conforme demonstrado abaixo:

(=)	Total do laudo homologado	4.662
(-)	Depreciação janeiro de 2021 a janeiro de 2022	<u>(640)</u>
(a)	Total	4.022
(b)	Saldo residual BRR em 28 de fevereiro de 2022	4.975
(a) - (b)	Total da reavaliação	(953)
(c)	IR/CS diferidos	<u>30</u>
(=)	PL Reserva de reavaliação	923

A movimentação da reserva de reavaliação no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>923</u>
Depreciação	(21)
IR/CS diferidos	<u>1</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>903</u></u>

14. Receita operacional bruta

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Rede básica	<u>12.930</u>	<u>1.811</u>
	<u>12.930</u>	<u>1.811</u>

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14.1 Revisão tarifária periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção (O&M), para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
012/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.3

14.2 Parcela Variável – PV e adicional à RAP e Parcela de Ajuste – PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

14.3 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

<u>Contrato</u>	<u>Resolução homologatória REH</u>	<u>Data da REH</u>	<u>Vigência</u>
012/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019

14.4 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 22/23		Reforços Melhorias	RTP	RAP Ciclo 23/24		RAP Ciclo 23/24
	REH 3.067 (*)	Inflação			REH 3.216	PA	
IPCA	13.859	545	-	-	14.404	(156)	14.248
IPCA	14.179	558	-	-	14.737	-	14.737

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
012/2008	9	11.395	(180)	1.284	1.718	22	14.248	13.709
	9	10.963	(106)	1.235	1.653	(44)	13.709	12.139

15. Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	399	1
Outras indenizações	1.981	-
	<u>2.380</u>	<u>1</u>
Despesas		
Juros sobre arrendamento	(5)	-
Variação monetária	(3)	-
Imposto sobre operações financeiras	(15)	-
Outros	(2)	-
	<u>(25)</u>	<u>-</u>
	<u>2.355</u>	<u>1</u>

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/2014.

O imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totalizam R\$1.189 (R\$53 em 2022), que representa o valor efetivamente recolhido a Receita Federal do Brasil, para o exercício de 2023.

17. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da Operação	Partes relacionadas	2023		2022	
		Passivo	Ativo	Passivo	Receita/Despesa
Dividendos a pagar	CTEEP	5.999	-	3.337	-
Repasse RAP (*)	IEPI	-	572	-	-
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal		137	-	-	(302)
Prestação de serviços		50	-	-	(500)
		6.186	572	3.337	(802)

(*) Valores a serem recebidos em decorrência do recebimento mensal da receita anual permitida (RAP) referente ao contrato 012/2008 transferido em 31 de outubro de 2022.

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

- (i) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.
- (ii) O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.
- (iii) A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Remuneração dos administradores

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	1.722	50
Aplicações financeiras	2	3.289	321
<u>Custo amortizado</u>			
Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	1.129	934
Não circulante	-	5	-
Passivos financeiros			
Arrendamento			
Circulante	-	17	-
Não circulante	-	98	-
Fornecedores	-	3.423	-
Partes relacionadas	-	187	-
Dividendos a pagar	-	5.999	3.337

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) **Risco de crédito** – a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 14.1).

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) **Risco de liquidez** – as principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

						2023
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.891	1.532	-	-	-	3.423
Arrendamento	1	4	12	98	-	115
	1.892	1.536	12	98	-	3.538

19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	55.497	166
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			298

(a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) **Responsabilidade Civil Geral** – Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Transações oriundas da incorporação (*)		
Transferência do ativo imobilizado	-	81.907
Capital social	-	49.558
Reservas de lucros	-	33.274
Reserva de reavaliação	-	(925)
Outras transações		
Arrendamentos	123	-
Dividendos a pagar	2.662	3.667

(*) valores referentes a incorporação ocorrida em 31 de outubro de 2022 (nota 1.2)

21. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.722	-	1.722	50	-	50
Aplicações financeiras	3.289	-	3.289	321	-	321
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	1.129	(1.129)	-	934	(934)	-
Ativo da concessão	-	12.151	12.151	-	11.473	11.473
Tributos e contribuições a compensar	28	-	28	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	47	-	47	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	-	-	572	-	572
Outros	978	(978)	-	-	-	-
	7.193	10.044	17.237	1.877	10.539	12.416
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	5	(5)	-	-	-	-
Ativo da concessão	-	126.795	126.795	-	100.395	100.395
Estoques	-	4.733	4.733	-	-	-
IR e CS diferidos	6	(6)	-	3	(3)	-
	11	131.517	131.528	3	100.392	100.395
Imobilizado	106.921	(106.808)	113	81.195	(81.195)	-
	106.921	(106.808)	113	81.195	(81.195)	-
Total do ativo	114.125	34.753	148.878	83.075	29.736	112.811

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante						
Arrendamento	17	-	17	-	-	-
Fornecedores	3.423	-	3.423	-	-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	210	-	210	87	-	87
Encargos regulatórios a recolher	84	-	84	10	-	10
Dividendos a pagar	5.999	-	5.999	3.337	-	3.337
Outros	878	-	878	-	-	-
	10.611	-	10.611	3.434	-	3.434
Passivo não circulante						
Arrendamento	98	-	98	-	-	-
Encargos regulatórios a recolher	50	-	50	7	-	7
PIS e COFINS diferidos	-	5.029	5.029	3	4.049	4.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.238	4.238	-	3.414	3.414
	148	9.267	9.415	10	7.463	7.473
Total do passivo	10.759	9.267	20.026	3.444	7.463	10.907
Patrimônio líquido						
Capital social	68.059	-	68.059	49.659	-	49.659
Reservas de lucros	52.531	8.262	60.793	43.983	8.262	52.245
Reserva de reavaliação	(903)	903	-	(923)	923	-
Prejuízos acumulados	(16.321)	16.321	-	(13.088)	13.088	-
Total do patrimônio líquido	103.366	25.486	128.852	79.631	22.273	101.904
Total do passivo e do patrimônio líquido	114.125	34.753	148.878	83.075	29.736	112.811

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	12.930	26.878	39.808	1.811	596	2.407
	12.930	26.878	39.808	1.811	596	2.407
Tributos						
PIS	(84)	(175)	(259)	(13)	(4)	(17)
COFINS	(389)	(806)	(1.195)	(59)	(18)	(77)
	(473)	(981)	(1.454)	(72)	(22)	(94)
Encargos						
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(123)	-	(123)	(17)	-	(17)
Taxa de fiscalização ANEEL	(23)	-	(23)	-	-	-
	(146)	-	(146)	(17)	-	(17)
Receita líquida	12.311	25.897	38.208	1.722	574	2.296
Custos e despesas						
Pessoal	(264)	264	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(756)	(3.338)	(4.094)	-	-	-
Material	-	(22.276)	(22.276)	-	-	-
Depreciação	(4.256)	4.246	(10)	(712)	712	-
Arrendamento e aluguéis	2	-	2	-	-	-
Seguros	(124)	-	(124)	-	-	-
Tributos	(2)	-	(2)	-	-	-
Gastos diversos	(15)	(753)	(768)	(1)	1	-
Outras despesas operacionais	(68)	-	(68)	-	-	-
	(5.483)	(21.857)	(27.340)	(713)	713	-
Resultado da atividade	6.828	4.040	10.868	1.009	1.287	2.296
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	2.380	-	2.380	1	-	1

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023			2022		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Despesas financeiras	(25)	-	(25)	-	-	-
	2.355	-	2.355	1	-	1
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	9.183	4.040	13.223	1.010	1.287	2.297
Despesas com impostos	(1.186)	(827)	(2.013)	(50)	(19)	(69)
Lucro líquido do exercício	7.997	3.213	11.210	960	1.268	2.228

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita de O&M originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

21.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS refere-se às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual e registrado conforme regime competência apresentado no balanço societário. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

21.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio líquido societário	128.852	101.904
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(141.561)	(110.931)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	106.808	81.195
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	4.238	3.414
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	5.029	4.049
Patrimônio líquido regulatório	<u>103.366</u>	<u>79.631</u>

21.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro societário do exercício	11.210	2.228
Receita bruta (CPC 47)	(26.878)	(596)
Tributos e encargos – Pis e Cofins (CPC 47)	981	22
Depreciação e amortização (CPC 47)	4.246	(712)
Custos operacionais (CPC 47)	17.611	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	827	19
Lucro regulatório do exercício	<u>7.997</u>	<u>960</u>

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, as quais foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, sem ressalvas, separado, com data de 28 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

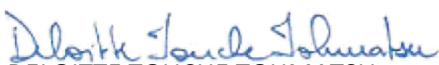
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

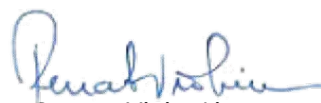
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5